

## A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA

Os gregos sentiram *paixão* pelo humano, por suas capacidades, por sua energia construtiva - e destrutiva!-, por sua astúcia e suas virtudes... até por seus vícios. Outros povos pasmaram-se ante os prodígios da natureza ou cantaram a glória misteriosa dos deuses, mas Sófocles resumiu a opinião de seus compatriotas ao escrever numa de suas tragédias: “De todas as coisas dignas de admiração que há no mundo, nenhuma é tão admirável como o homem”. Por isto, os gregos inventaram a *polis*, a comunidade cidadã, em cujo espaço artificial, antropocêntrico, não governa a necessidade da natureza nem a vontade enigmática dos deuses, mas a *liberdade* dos homens, isto é: sua capacidade de racionar, de discutir, de eleger e de revogar dirigentes, de criar problemas e de propor soluções. O nome pelo qual agora conhecemos este invento grego, o mais revolucionário, politicamente falando, que jamais existiu na história humana, é *democracia*.

FERNANDO SAVATER, *Política para Amador*

### A democracia, ontem e hoje.

Temos aqui um conceito muito usado , em política e na vida cotidiana, mas nem sempre bem entendido e nem bem aplicado.

O termo se forma da união de duas palavras gregas, “demos”= povo e “kratos”= governo, e significa “**governo do povo**”. Etimologicamente, então, entende-se DEMOCRACIA como o tipo de governo que é exercido e controlado pelo conjunto do povo.

Sua origem histórica se situa na Grécia antiga, em particular, na polis de Atenas, entre os séculos VII e IV antes de Cristo. Segundo a classificação do filósofo Aristóteles, era uma das três formas possíveis de governo, a saber: autocracia - governo absoluto de um só, ou monarquia absoluta-; aristocracia - governo de uns poucos, que pertencem às classes altas e se autoproclamam os melhores- e democracia - governo de todos, ou seja, do povo.

Esta definição é útil para iniciarmos a compreensão histórica do conceito, mas, hoje, ela resulta demasiado simplista e insuficiente para caracterizá-lo de maneira completa. Para começar, pelo simples fato de que o “povo”, para os antigos gregos, era constituído unicamente por quem reunia as condições de “cidadãos”. E como

vimos na seção anterior, os cidadãos estavam muito longe de serem todos os habitantes da polis...

O primeiro fato a reconhecermos é que a democracia não é, nem nunca foi, somente uma forma de governo. É uma maneira de conceber a organização da sociedade e do Estado, que resulta, por sua vez, de projetar ao terreno político a concepção de que as pessoas são titulares de direitos que o Estado deve respeitar. Hoje, a idéia de democracia vai necessariamente unida ao que é o **Estado Social de Direito**; à igualdade de todas as pessoas perante a lei; ao reconhecimento dos Direitos Humanos para todas elas, sem discriminações; e ao reconhecimento dos direitos das minorias.<sup>2</sup>

A democracia fundamentada na liberdade, além disso, reconhece como princípio essencial a igualdade. Isto implica, como acabamos de assinalar, o repúdio a qualquer desigualdade “de direito”, isto é, jurídica ou legal; mas também às desigualdades “de fato”, econômicas e sociais, que atentam contra a possibilidade de uma sociedade verdadeiramente democrática. Numa sociedade onde imperam a miséria, a injustiça, a exploração e a doença, existem desigualdades reais que condenam à morte a democracia, levando-a à demagogia populista ou ao autoritarismo tirânico.

Hoje, a democracia só pode conceber seu existir ao mesmo tempo nas três dimensões do político, do econômico e do social. É esta a idéia que traduz-se na expressão Estado Social de Direito.<sup>3</sup>

## AS REGRAS DO JOGO DA DEMOCRACIA

- 1 Que a decisão da maioria seja quem mande e que se respeitem os direitos das minorias.
- 2 Que todas as pessoas tenham direito a pensar diferente e a poder expressar-se de acordo às suas convicções - liberdade religiosa, liberdade de opinião e de informação, de associação, etc...
- 3 Que se realizem eleições periódicas e que estas sejam competitivas, livres, limpas, com um voto pessoal, igual, secreto e informado. Esta é a forma com a qual o povo decide quem são seus governantes.
- 4 Que a concorrência entre as distintas idéias dos grupos e pessoas para alcançar o governo seja pacífica, através do diálogo, da negociação e não se utilize a violência muito menos o terrorismo político.
- 5 Que o poder esteja bem distribuído entre as autoridades, de maneira que controlem mutuamente suas ações e que o povo tenha canais de expressão e fiscalização, não permitindo, assim, que se abuse do poder.

*(Caderno de Formação Nº1 "Participa", Chile)*

2 Gros Espiell, Héctor. "Democracia". Em: *Diccionario Electoral*. Instituto Interamericano de Derechos Humanos-CAPEL, São José, Costa Rica, 1988.

3 Igual referência nota anterior.

# ALGUNS PONTOS CHAVES SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA MODERNA

## Quem participa?

Os cidadãos intervêm na política de muitas formas. Participam quando estão assinando petições e assistindo manifestações públicas, militando ativamente em partidos ou agrupamentos que impulsionam propostas políticas e, evidente, votando. O que conta para definir uma conduta como política é seu objetivo: o compromisso com a vida pública. Aqui, como em outros âmbitos, podem dar-se diversos graus de intensidade do compromisso, o que permite falar de alta, média ou baixa participação política.

Independentemente das formas ou intensidades que assuma a participação, a questão básica na democracia é: quem participa? Nas sociedades tradicionais este problema não era tema de discussão, pois tinha total correspondência entre a posição econômica, social e política dos indivíduos. A participação era restritiva: se dava automaticamente segundo o status que ocupava a pessoa - repassemos o exemplo da polis grega, ou o caso das comunidades medievais, onde a participação era um atributo exclusivo dos membros da nobreza.

Somente quando as desigualdades deixam de ser consideradas como "naturais", a participação política deixa de ser um privilégio e começa a ser proposta como um direito. Assim, o Estado moderno passa a fundamentar-se em outro tipo de legitimidade: a soberania popular.<sup>4</sup>

## A representação. Mandantes e mandatários

Outro traço da democracia moderna é seu caráter representativo. Isto significa que os cidadãos exercem o poder político indiretamente, através de representantes. Hoje, as dimensões e complexidade dos Estados fazem impraticável que os povos possam governar diretamente, como também o seria, por exemplo, que todos os cidadãos e cidadãs em pessoa tomassem parte em todas as instituições, discutissem todas as questões de interesse público, votassem a todas as leis e garantissem seu cumprimento.

Essas funções, as fazem pessoas que são eleitas pelo povo para representá-lo e atuar em seu nome. Ao elegê-las, o povo lhes encomenda um trabalho: lhes dá um mandato. Por isso, os que são eleitos como autoridades se denominam **mandatários** - os que são mandados- e os que elegeram chamam-se **mandantes** - os que mandam.

---

<sup>4</sup> Seda, María Teresa, "Participação Política", Em: *Diccionario Electoral*, Instituto Interamericano de Derechos Humanos-CAPEL, São José, Costa Rica, 1988.

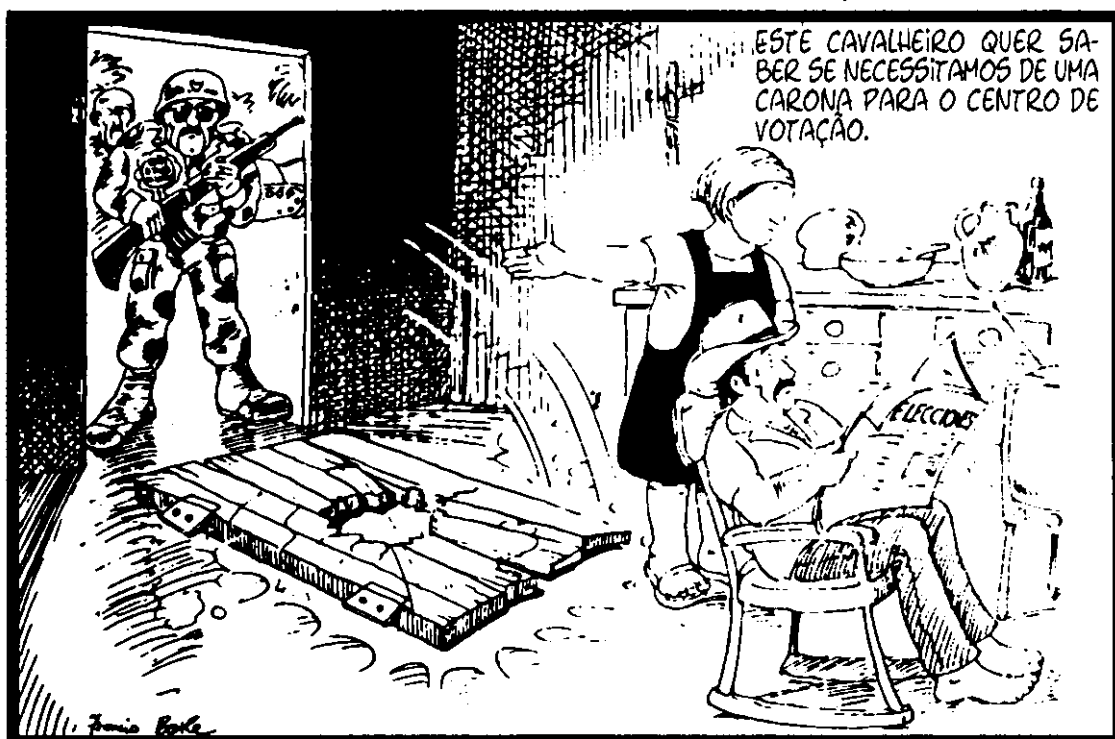
Os representantes devem prestar conta do cumprimento de seu mandato, e se não o cumprem, podem ser sancionados e até destituídos por aqueles que os elegeram. Este princípio é garantido através de mecanismos de controle popular sobre os atos dos governantes.

### O sufrágio e suas condições

As eleições são o procedimento mediante o qual os cidadãos escolhem periodicamente seus representantes e um programa de governo determinado, expressando sua vontade através do voto ou sufrágio.

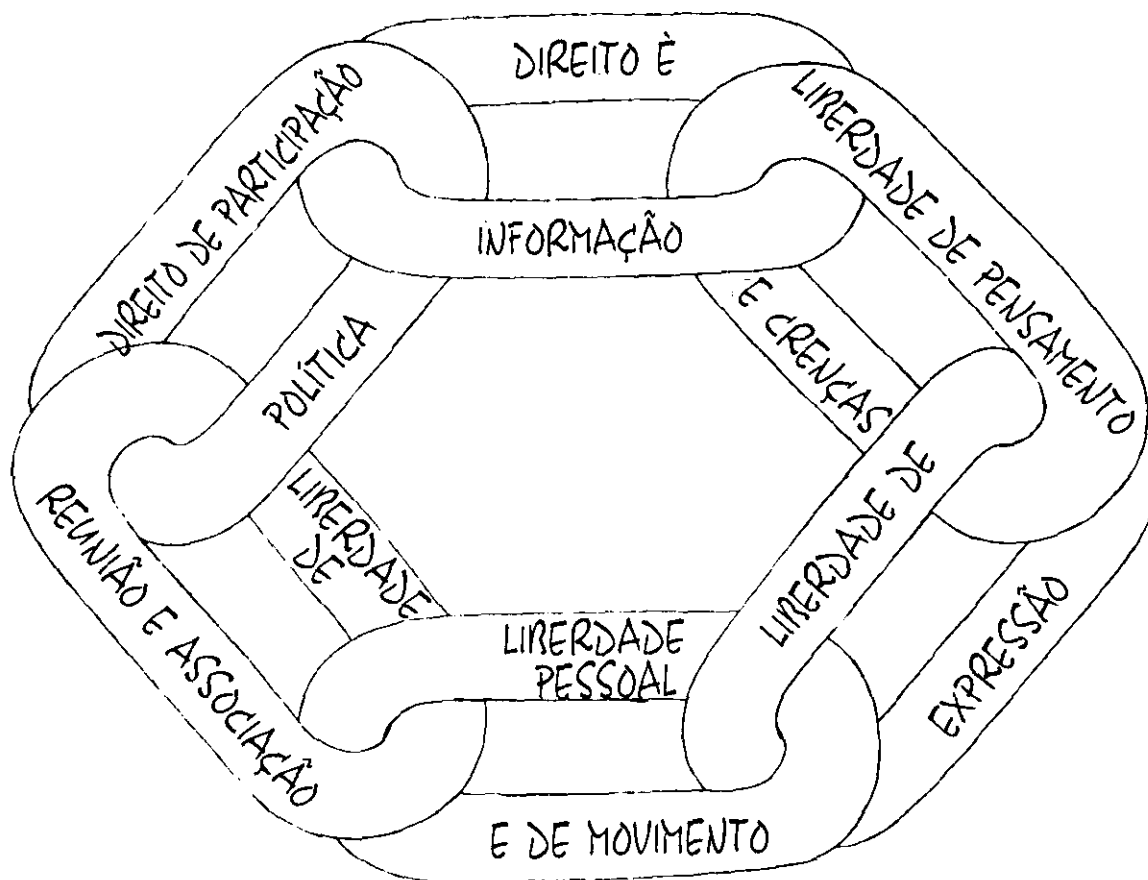
O procedimento eleitoral pode variar de país em país, mas para que possa qualificar-se de democrático, o sufrágio deve ser:

- \* **Universal.** Devem poder votar todos os cidadãos -sem discriminação de grupos econômicos ou sociais específicos- que cumprem determinadas condições técnicas estabelecidas pela lei do país - nacionalidade, idade, gozo dos direitos civis e políticos e inscrição prévia num padrão eleitoral.
- \* **Livre.** Não pode estar sujeito a pressão, intimidação ou coação alguma, seja aplicável a votantes individuais ou a grupos de votantes. A liberdade de sufrágio só pode ocorrer quando há plena vigência das liberdades e direitos tanto civis como políticos.



\* **Igualitário.** Todos os votos devem ter o mesmo valor. Isto é, todos devem influir no resultado eleitoral, que deve ser formado pela soma de todos os votos.

\* **Secreto.** Deve assegurar ao votante que sua opção não terá caráter público para, desta forma, evitar fazê-lo vulnerável às pressões de grupos privados ou do governo.<sup>5</sup>



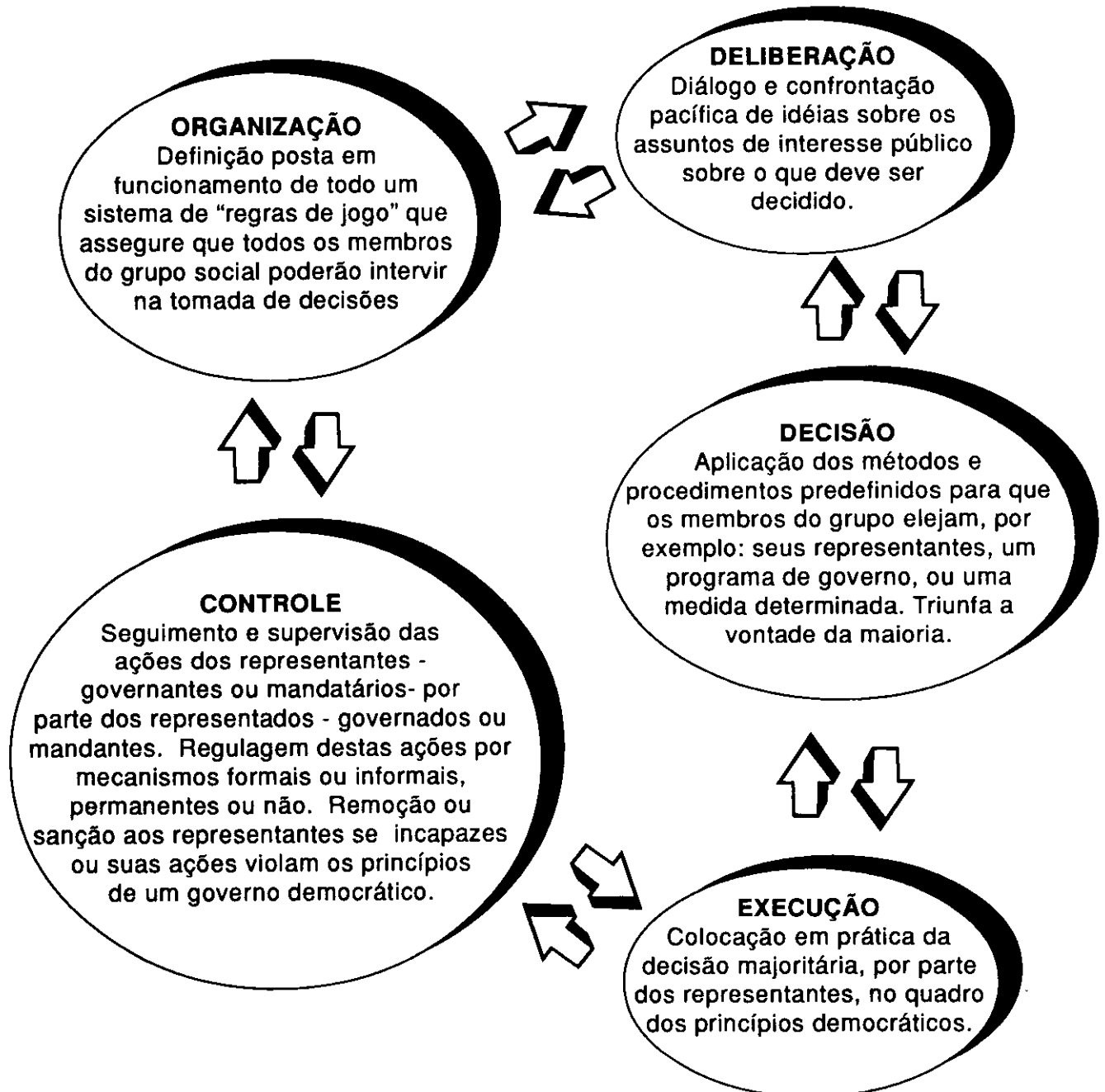
O diagrama ilustra a interdependência entre as liberdades e direitos civis e políticos num regime democrático. Todos estão relacionados entre si. Se um é vulnerável, a cadeia rompe-se. A violação de qualquer destes direitos impede a realização plena da democracia.

<sup>5</sup> Arnaldo Cubilla, Enrique, "Sufragio". En: Diccionario Electoral. Instituto Interamericano de Derechos Humanos-CAPEL, São José, Costa Rica, 1988.

## A participação política: um processo

Apesar de ser requisito necessário do regime democrático, a participação política não se reduz a votar para eleger autoridades representativas. Na realidade, votar não tem sentido se entendido e realizado como um ato isolado - para citar o exemplo mais comum- de correr, em um dia fixado, ao centro de votação para marcar um nome numa papeleta e depositá-la numa urna. Este ato mínimo adquire pleno significado como parte de um processo muito mais amplo, que se desenvolve em distintos momentos ou etapas, todas igualmente transcendentais.

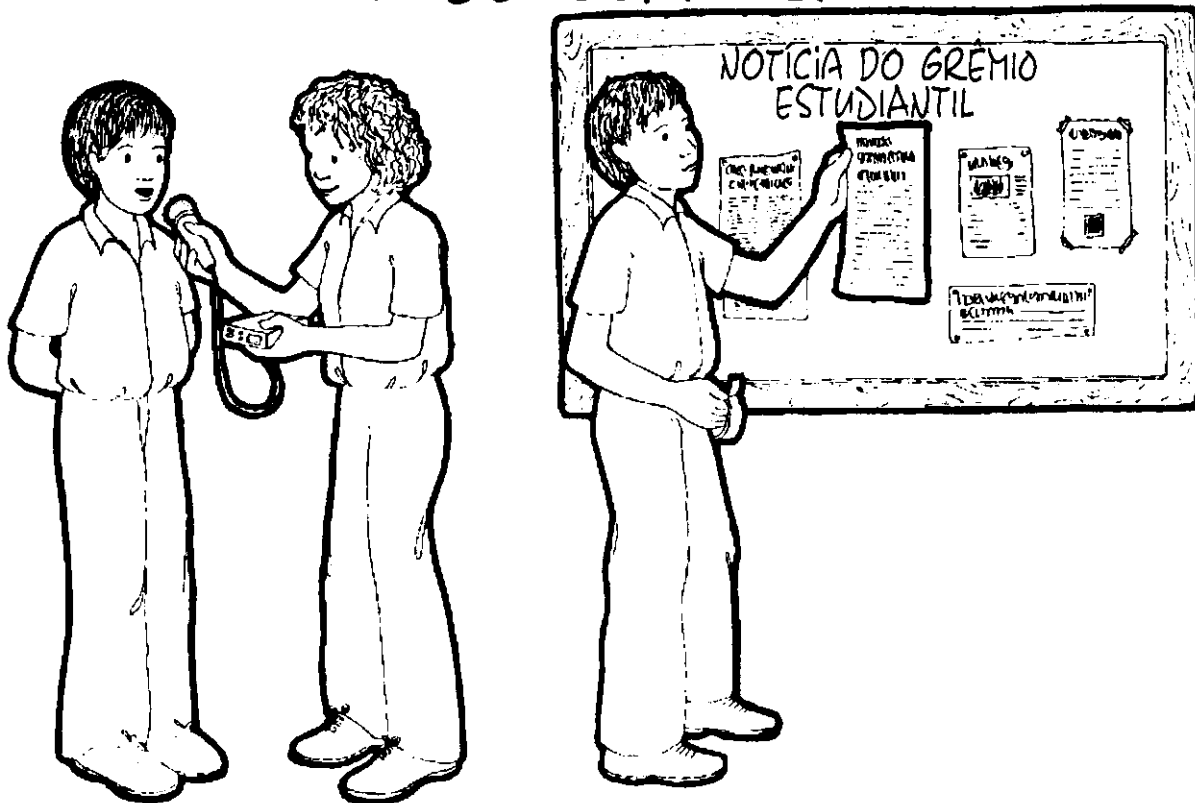
As etapas do processo poderiam sintetizar-se, muito esquematicamente, assim:



**Série: PARTICIPAÇÃO NO GOVERNO ESTUDANTIL**

Para exercitar o controle do trabalho dos representantes

# VIGILÂNCIA DEMOCRÁTICA



## TER PRESENTE...

Vamos repetir algo importante: a participação cívica democrática - em qualquer âmbito, incluindo o da instituição escolar -, não se reduz à eleição livre de mandatários. Essa é somente uma etapa, na qual se escolhe algumas pessoas como representantes de toda uma comunidade e lhes confere um mandato. As ações posteriores dos mandatários devem ser supervisionadas por seus mandantes.

Nenhum sistema de organização e governo leva consigo uma garantia absoluta de funcionamento justo e eficaz. Isso unicamente se logra pela ação responsável de todas os participantes: representante e representados.

O controle dos atos de governo exige, pois, um compromisso duplo. Os representantes-mandatários têm a obrigação de informar fiel e oportunamente de seus atos a seus representados-mandantes. Estes últimos têm o direito, e por sua vez a obrigação, de informar-se sobre os atos de governo e de manifestar suas opiniões a respeito, seja de apoio ou de discrepância.

## **1. Informar: Publicidade de seus atos por parte dos representantes estudantis**

O Comitê da Aula e as Comissões de Trabalho devem fazer publicidade, -isto é, tornar de conhecimento público- todas as suas ações de governo. Desta forma, a comunidade estudantil poderá analisá-las e julgar o trabalho que estão fazendo seus representantes. E, se for o caso, poderá também questionar esse trabalho e exigir retificações.

A informação pública tem que ser completa e exata. Também deve brindar-se com regularidade, de forma periódica, e sempre no momento oportuno -ou seja, quando os fatos ocorrem, não muito depois, quando já tenham perdido vigência e pouco pode fazer-se para corrigi-los...

Há muitos meios que os representantes estudantis podem usar para dar a conhecer seu trabalho:

- intervir nas assembléias regulares da aula ou do colégio;
- convocar os colegas da aula a reuniões informativas e deliberativas;
- publicar notícias no jornal mural;
- publicar notícias e artigos no jornal ou revista do colégio, se existir;
- fazer e repartir informativos ou papéis mimeografados, etc.

O Comitê da Aula pode encarregar a um de seus membros de coordenar todo o relacionado com a informação pública. Assim, esta será assumida como uma tarefa a mais do governo e terá um responsável identificável, a quem se pode pedir prestação de contas das suas atividades.

## **2. Informar-se: Pesquisa por parte da comunidade estudantil**

Mas... o conjunto dos estudantes não pode descansar na idéia de que seus representantes os manterão informados, e bem informados!. Seria uma atitude cômoda e irresponsável. Devem procurar informação sobre seu governo por seus próprios meios, seja para saber mais, ou para verificar a exatidão da informação que recebem.

Esta é uma excelente oportunidade para desenvolver as destrezas do jornalismo investigativo e crítico. Individualmente ou em grupos, os estudantes podem:

- fazer entrevistas para obter informações -de representantes estudantis, professores, autoridades do colégio, etc.;
- analisar os documentos que registram a gestão dos representantes estudantis -atas, cartas, informativos, etc.;
- preparar reportagens sobre temas de interesse coletivo -por exemplo, algum problema do colégio e como vão as gestões de solução;
- convocar os colegas da aula e a diretoria estudantil a reuniões informativas e deliberativas;



- publicar notas e artigos no jornal mural, na revista do colégio, ou em informativos e folhetos, sobre a informação que obtêm e suas opiniões a respeito, etc.

### 3. Analisar e avaliar: Pesquisa de opinião

A pesquisa é uma boa técnica para recolher e analisar as opiniões de muitas pessoas sobre um assunto, de forma sistemática. Pode realizar-se uma para conhecer a opinião da comunidade estudantil sobre o trabalho de seus representantes e aplicá-la a todos os membros da série -ou de todos as séries do colégio que participam do governo estudantil.

	PREZADO COMPANHEIRO OU COMPANHEIRA ESTUDANTE:
●	1- QUE AÇÕES DOS REPRESENTANTES ESTUDANTIS ATÉ A PRESENTE DATA VOCÊ ACHA QUE TEM SIDO POSITIVAS PARA A COMUNIDADE ESTUDANTIL E O COLÉGIO? EXPLIQUE POR QUE.
	2- QUE AÇÕES DOS REPRESENTANTES ESTUDANTIS ATÉ A PRESENTE DATA VOCÊ ACHA QUE TEM SIDO NEGATIVAS OU MENOS BENÉFICAS PARA A COMUNIDADE ESTUDANTIL E O COLÉGIO? EXPLIQUE POR QUE.
●	3- COMO VOCÊ AVALIA A GESTÃO QUE ESTÃO REALIZANDO OS REPRESENTANTES ESTUDANTIS DA AULA (OU DO COLÉGIO)?
	MUITO BOA    REGULAR    INSATISFATÓRIA    NÃO SEI
●	4- QUE VOCÊ ACHA QUE DEVEM FAZER OS REPRESENTANTES ESTUDANTIS DURANTE O RESTO DA SUA GESTÃO? JUSTIFIQUE SUAS RECOMENDAÇÕES.

Uma vez aplicada a pesquisa, os estudantes tabularão os resultados com a ajuda do professor ou a professora e os sintetizarão num quadro:

PESQUISA DE OPINIÃO	
GESTÃO ATUAL DO GOVERNO ESTUDANTIL	
AÇÕES POSITIVAS	PORQUE...
•	•
•	•
•	•
AÇÕES NEGATIVAS	PORQUE...
•	•
•	•
•	•
AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE ESTUDANTIL:	
MUITO BOA:	_____ %
BOA:	_____ %
REGULAR:	_____ %
INSATISFATÓRIA:	_____ %
NÃO SAIBEM/NÃO OPINARAM:	_____ %
RECOMENDAÇÕES:	
•	
•	

Os resultados da pesquisa serão apresentados à classe e analisados em grupo. Mesmo que as conclusões resultem em positivas, negativas ou um pouco de ambas, ao terminada a discussão é importante perguntar-se:

Em vista dos resultados obtidos, que podemos fazer como membros da comunidade para melhorar nosso governo estudantil?